

Políticas e mandatos de Acesso Aberto: perceções dos investigadores

Pedro Príncipe, Eloy Rodrigues, Clara Boavida, José Carvalho, Ricardo Saraiva

Serviços de Documentação

Universidade do Minho

4710-057 Braga

Tel: 253604150

E-mail: openaccess@sdum.uminho.pt

RESUMO

Nos últimos anos os responsáveis políticos e institucionais da União Europeia têm reforçado o discurso de que o acesso à informação científica é essencial para o crescimento da investigação no espaço europeu. A definição de políticas e iniciativas no âmbito da União Europeia tem sido acompanhada pela realização de vários estudos e inquéritos aos investigadores e outros participantes do processo de publicação e disseminação dos resultados da investigação. Em Portugal, os projetos europeus MedOAnet, OpenAIRE e OpenAIREplus, com participação dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho (SDUM), desenvolvem um plano de ação que ajuda a implementar no terreno as políticas Open Access da Comissão Europeia.

É neste contexto que a equipa de projetos Open Access dos SDUM desenvolveu um estudo, junto dos investigadores que em Portugal participam em projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia ou financiados pelo Conselho Europeu de Investigação, para recolher informações sobre a opinião e prática dos investigadores em Portugal relativamente ao acesso aberto à literatura científica. O inquérito por questionário, promovido no âmbito deste estudo nos meses de Junho e Julho de 2012, organizou-se em quatro grupos de questões. O primeiro grupo caracteriza o investigador. O segundo grupo caracteriza os projetos em que o investigador participou ou participa financiados pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia. O terceiro grupo de questões identifica o nível de conhecimento, apreciação e atitude sobre o princípio do acesso aberto aos resultados da investigação. O quarto grupo caracteriza as práticas de publicação e de acesso aberto dos investigadores.

Os resultados deste estudo, apresentados nesta comunicação, contribuirão para um melhor e mais detalhado conhecimento da opinião e das práticas dos investigadores em Portugal relativamente ao acesso aberto. Esse conhecimento será fundamental para apoiar a definição de recomendações de melhoria do atual

sistema de comunicação científica nacional, bem como para identificação e implementação das estratégias e ações mais adequadas para promover o conhecimento e sensibilização dos investigadores e dos gestores das instituições relativamente ao acesso aberto, promovendo a sua concretização em Portugal em sintonia com as políticas europeias.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso Aberto; Open Access; Investigadores; Repositórios; Literatura Científica; OpenAIRE; MedOAnet.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI marca a expansão do movimento do Acesso Aberto ao conhecimento científico, que promove o propósito de tornar esse conhecimento disponível para todos os que querem e podem usar, aplicar e construir sobre ele. O Acesso Aberto é reconhecido não apenas como fazendo parte do futuro da comunicação científica, mas também como a forma preferencial ou padrão de disponibilizar os resultados da investigação científica.

Como preconizado pela declaração de Budapeste¹ – iniciativa que juntou investigadores e responsáveis de universidades e outras instituições de investigação – e reafirmado recentemente quando foram assinalados os 10 anos desta mesma iniciativa², “por Acesso Aberto [à literatura científica com revisão por pares], queremos dizer a sua disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer utilizador ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhe-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis do próprio acesso à Internet.”

As duas principais vias ou estratégias para realizar o Acesso Aberto são o Acesso Aberto através de repositórios, usualmente designado de “via verde”) e o Acesso Aberto através de revistas, usualmente designado “via dourada”. A via verde realiza-se pelo

depósito das publicações num repositório em acesso aberto, que no essencial, significa que, para além da publicação de um artigo numa revista científica, os autores depositem uma cópia num repositório temático ou institucional. A via dourada significa a publicação em revistas científicas de acesso aberto, portanto, livres de assinaturas ou taxas que restrinjam o acesso aos artigos que publicam. Este tipo de revistas científicas apresentam revisão por pares, edição e publicação semelhantes às revistas científicas tradicionais, o que difere relativamente às revistas tradicionais é o nível de acesso que é feito sem necessidade de subscrição ou outro tipo de encargos.

Nos últimos anos os responsáveis políticos e institucionais da União Europeia têm reforçado o discurso de que o acesso à informação científica é essencial para o crescimento da investigação no espaço europeu. Este discurso tem sido acompanhado por um crescente número de iniciativas e projetos por parte da Comissão Europeia (CE).

As diretrizes do Conselho Europeu de Investigação para o Acesso Aberto, publicadas em Dezembro de 2007, como complemento à declaração de 2006 sobre acesso aberto, e ainda o Projeto-piloto de Acesso Aberto do 7º PQ, que decorrerá até ao final do programa-quadro, e que a Comissão Europeia (CE) lançou em Agosto de 2008, surgem na sequência de outras iniciativas da CE e visam assegurar que os resultados da investigação financiada pelo cidadão da UE sejam disponibilizados em acesso aberto.

No âmbito do novo programa de financiamento europeu para a investigação e inovação, a iniciar em 2014 e designado de Horizonte 2020, este princípio será reforçado, referindo-se que a investigação financiada com dinheiros públicos deve ser largamente difundida através da publicação de dados e documentos científicos em acesso aberto. Portanto, para além de abrir o acesso a todas as publicações dos projetos financiados por este programa-quadro, no Horizonte 2020 prevê-se a existência de políticas e projetos piloto para garantir acesso aberto a dados científicos resultantes dos projetos financiados.

A definição de políticas e iniciativas de acesso aberto na União Europeia, desenvolvidas principalmente no âmbito da ação da Comissão Europeia na “Agenda Digital para a Europa” e na área de “Ciência e Inovação”, tem sido consubstanciada na realização de vários projetos dinamizados pela comunidade científica e também na realização de estudos e inquéritos aos investigadores e outros participantes do processo de publicação e disseminação dos resultados da investigação.

Em Portugal, os projetos europeus MedOAnet, OpenAIRE e OpenAIREplus, com participação dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, desenvolvem um plano de ação que ajuda a implementar no terreno as iniciativas e políticas de acesso aberto da Comissão Europeia, quer a partir do apoio direto aos investigadores, quer a partir da dinamização da rede de repositórios e desenvolvimento das políticas nas instituições de investigação e ensino superior.

O projeto OpenAIRE, iniciado em dezembro de 2009 e com duração de 36 meses, surgiu no contexto das iniciativas que orientam a política de acesso aberto da

União Europeia (UE), onde se exige aos investigadores a disponibilização em acesso aberto dos artigos que resultem de investigação financiada pela União Europeia. Através da criação de uma infraestrutura eletrónica de rede de repositórios, suportada por um sistema europeu de helpdesk, este projeto visou o apoio aos investigadores no cumprimento das condições de acesso aberto da CE, nomeadamente no processo de depósito das publicações em repositórios institucionais ou disciplinares.

O projeto MedOAnet (Mediterranean Open Access Network) é um projeto de dois anos, iniciado em Dezembro de 2011, financiado pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia. No projeto MedOAnet participam parceiros de seis países europeus do Mediterrâneo (Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal e Turquia) e três parceiros de apoio ao projeto de outros países europeus (Alemanha, Reino Unido e Holanda). O objetivo central deste projeto é coordenar as políticas, estratégias e as estruturas de acesso aberto existentes nos seis países do Mediterrâneo participantes no projeto e fomentar a criação de novas políticas, estratégias e estruturas reunindo as condições necessárias que propiciem o aparecimento de novas iniciativas. Nesse sentido, uma das principais estratégias do projeto é a criação de grupos de trabalho nacionais, constituídos por representantes de instituições financiadoras de ciência, de instituições de ensino superior e de instituições fomentadoras de investigação científica, assim como editores científicos e gestores de repositórios, reunindo assim um conjunto de pessoas que podem promover a mudança através da tomada de decisão a favor de um enraizamento sólido do acesso aberto à produção científica.

ENQUADRAMENTO

É neste contexto, que a equipa de projetos de acesso aberto dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho, desenvolveu um estudo junto dos investigadores que em Portugal participam em projetos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia, com o objetivo de recolher informações sobre a perceção, opinião e prática dos investigadores em Portugal relativamente ao acesso aberto (Open Access) à literatura científica.

Os estudos e inquéritos levados a cabo nos últimos dois anos pela Comissão Europeia, com o objetivo de consolidar as iniciativas de acesso aberto no espaço da União Europeia, foram catalisadores desta iniciativa que agora apresentamos. Particularmente, o inquérito dirigido aos coordenadores de projetos do 7º PQ³ e os resultados do estudo sobre a informação científica na era digital⁴ serviram de orientação ao inquérito por questionário que dirigimos aos investigadores em Portugal nos meses de junho e julho de 2012, e que surge assim no âmbito dos projetos Open Access desenvolvidos pelos SDUM – OpenAIRE, MedOAnet e OpenAIREplus.

Com este questionário, quisemos apurar o nível de conhecimento, a atitude, a opinião e a prática dos investigadores portugueses relativamente a cinco dimensões:

a) o nível de conhecimento, apreciação e atitude sobre o

princípio do acesso aberto aos resultados da investigação;

b) o nível de conhecimento sobre as políticas e as diretrizes da Comissão Europeia em matéria de acesso aberto;

c) o nível de conhecimento sobre, e de cumprimento (quando aplicável), as políticas das instituições onde trabalham em matéria de acesso aberto;

d) a opinião e a atitude perante a eventual definição de uma política mandatória por parte das organizações públicas portuguesas financiadoras de ciência requerendo a disponibilização em acesso aberto das publicações resultantes de financiamento público;

e) a prática de publicação científica e de disponibilização dos resultados em acesso aberto através de repositórios e/ou revistas.

O questionário foi estruturado em quatro grupos de questões. O primeiro grupo caracteriza o perfil do investigador participante no estudo. O segundo grupo caracteriza a participação em projetos com financiamento pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo 7º Programa-Quadro da Comissão Europeia. O terceiro grupo de questões identifica o nível de conhecimento, opinião e atitude sobre o princípio do acesso aberto aos resultados da investigação. O quarto grupo caracteriza as práticas de publicação e de acesso aberto dos investigadores.



Gráfico 1 – estrutura de conteúdo do questionário

O questionário anónimo foi composto por quarenta e nove perguntas, divulgado e respondido exclusivamente via web com recurso ao sistema *LimeSurvey*. No sentido de atingir e obter respostas do maior número possível de investigadores que trabalham em Portugal, foi realizada uma ampla divulgação do questionário, através do seu envio por email para coordenadores e participantes de projetos financiados pelo 7ºPQ e pela FCT, e divulgado ainda através de canais de comunicação institucional de universidades, politécnicos e outras instituições de investigação. O período para resposta decorreu entre 19 de junho e 27 de julho de 2012 e resultou na obtenção de 1249 respostas completas.

PERFIL E REPRESENTATIVIDADE DOS PARTICIPANTES

Para aferir o perfil e representatividade dos participantes neste inquérito por questionário foram registadas cinco características: carreira profissional, instituição, área científica, género e idade.

A esmagadora maioria dos participantes do estudo pertence à carreira profissional de docente universitário

(39%), investigação científica (23%), bolseiro (22%) e docente do ensino superior politécnico (11%).

	N	%
Docente Ensino Superior Politécnico	141	11%
Docente Universitário	484	39%
Enfermagem	1	0%
Forças Armadas	1	0%
Investigação Científica	286	23%
Médica	10	1%
Técnica	7	1%
Técnica Superior	38	3%
Bolsheiro(a) de investigação	281	22%
TOTAL	1249	

Tabela 1 – identificação da carreira profissional

Consequentemente, na identificação da instituição à qual estão ligados, a grande maioria situa-se em instituições do Ensino Superior (87%), sendo que 95% pertence ao ensino superior público e apenas 5% a instituições de ensino superior privado.

No que respeita ao domínio científico dos investigadores envolvidos nesta amostra, foi utilizada a classificação Classificação de Domínios Científicos e Tecnológicos, 2007 (FOS)⁵, também em uso na plataforma DeGóis. Num primeiro nível de identificação, 26% pertence a “Engenharia e Tecnologia”, 21% a “Ciências Sociais”, 19% a “Ciências Naturais”, somando estes três domínios mais de cinquenta por cento, mas são relevantes também as percentagens de 11% para o domínio das “Ciências Médicas” e das “Ciências Exatas”. Estes dados representam uma abrangência significativa dos diferentes domínios científicos.

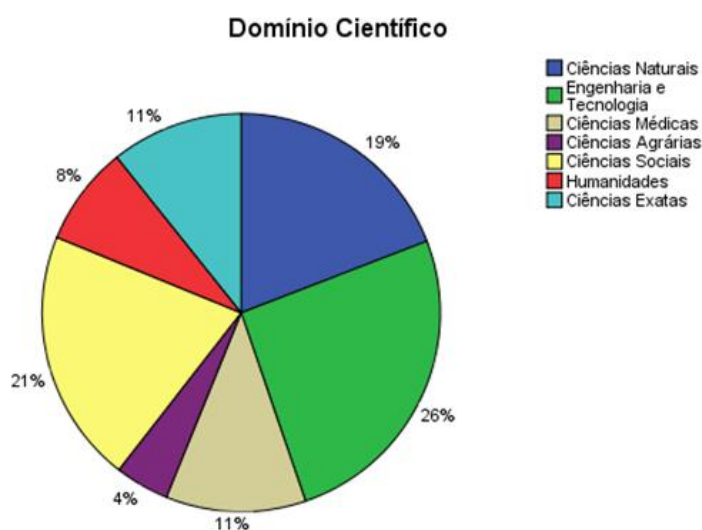


Gráfico 2 – identificação do domínio científico dos investigadores envolvidos nesta amostra

Relativamente à identificação do género e idade, 564 (45%) são do sexo feminino e 685 (55%) do sexo masculino, situando-se 65% entre o 31 e os 50 anos de idade (31-40: 35%, 41-50: 30%), destacando-se ainda

os 187 investigadores com idade até aos 30 anos e os 196 entre dos 51 e 60 anos de idade.

Sexo	N	%
Feminino	564	45%
Masculino	685	55%
Total	1249	

Tabela 2 – Identificação de género

Idade	N	%
Até 30 anos	187	15%
De 31-40 anos	441	35%
De 41-50 anos	378	30%
De 51-60 anos	196	16%
Mais de 60 anos	47	4%
Total	1249	

Tabela 3 – identificação da idade

Com base no número total de participantes com respostas completas (1249) constituiu-se uma amostra que consideramos representativa, conferindo aos dados do questionário uma relevância significativa face aos objetivos iniciais deste estudo.

Destacamos nesta amostra, em primeiro lugar, a significativa abrangência e representatividade nos domínios científicos de investigação, e em segundo lugar, o número relevante de participantes do ensino superior público.

Para aferir a relevância da amostra procedemos à caracterização demográfica da população inquirida, procurando analisar alguns aspetos de identificação da carreira profissional e instituição e da idade. Para esse efeito, foram brevemente analisados os dados disponíveis pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI) e pela Base de Dados Portugal Contemporâneo – PORDATA.

Verificando os docentes do ensino superior privado universitário e politécnico, a maioria, no ano de 2010, tem idades compreendidas entre os 40 e os 49 anos. No total, o número de docentes do ensino superior privado, no ano de 2010, foi de 11.654 docentes e no ensino superior público 26.410 docentes. Juntando as distribuições dos docentes do ensino superior dos dois subsistemas de ensino perfaz um total de 38.064 docentes em 2010. Em 2009, foram contabilizados 36.215 docentes.

Relativamente a investigadores em atividades de investigação e desenvolvimento, a distribuição do número de investigadores por área de investigação só apresenta dados de 2009⁶. As áreas com maior número são as Ciências Exatas e Naturais com 12.240 investigadores, seguida das Ciências de Engenharia e Tecnologia com 12.323 e das Ciências Sociais e Humanidades com 12.738. Já relativamente à distribuição dos investigadores por sector de execução, equivalente a tempo inteiro, no ano de 2010, embora ainda com números provisórios, contabilizaram-se nas empresas 10.362 investigadores, em instituições do estado 2.527 investigadores, no ensino superior um total

de 28.831 investigadores e em instituições privadas sem fins lucrativos 4.196 investigadores.

Quanto à distribuição de docentes do ensino superior por sexo⁷, em 2010, verifica-se que a maioria são homens para o ensino superior público ($N=15.044$). Observa-se a mesma tendência no ensino superior privado ($N=6.370$). Os docentes do ensino superior homens perfazem um total de 21.414; pelo que se pode observar a existência de equivalência entre dados da amostra e os dados de caracterização demográfica da população inquirida recolhidos a partir da PORDATA.

Da análise deste dados, mesmo que parcelares, concluímos a existência de relativa equivalência entre os dados da amostra e os dados de caracterização demográfica da população inquirida.

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS

No universo de investigadores com atividade em Portugal, este estudo pretendia abranger com maior preponderância os que de algum modo participam ou participaram em projetos com financiamento no âmbito da FCT em Portugal ou da Comissão Europeia.

Procurámos verificar nesta componente o nível de envolvimento no tipo de projetos identificados, questionando se enquanto coordenador ou investigador participa ou participou em projetos financiados pela FCT e/ou pela Comissão Europeia no âmbito do 7º PQ.

Os dados aqui recolhidos foram muito satisfatórios, indicando globalmente que na área dos projetos FCT um total 1039 participantes no questionário já integraram projetos enquanto investigador e 574 como coordenador, refletindo este último número 45% da amostra. Relativamente aos projetos com financiamento europeu no âmbito do 7º PQ, 300 indicaram participação como investigador e 65 como coordenador.

Com base nestes dados, partimos para a análise da opinião e prática dos investigadores em Portugal face ao Acesso Aberto com uma amostra significativa tendo em conta o contexto do estudo – políticas e mandatos de acesso aberto dos organismos financiadores da ciência.

OPINIÃO SOBRE O ACESSO ABERTO

O terceiro e maior grupo de questões que constituem o questionário de suporte ao estudo apresenta 17 questões que procuravam aferir conhecimentos, opiniões e perceções dos investigadores sobre o acesso aberto, barreiras no acesso à informação científica, política europeia de acesso aberto, mandatos e políticas institucionais e de organismos financiadores.

São de seguida trabalhados e apresentados os dados mais relevantes para o contexto desta comunicação, centrada mais no ponto de vista das políticas e mandatos para o acesso aberto.

Genericamente a opinião registada é muito favorável ao acesso aberto enquanto princípio para a disponibilidade do conhecimento científico, expressa de forma ainda mais vincada quando enquadrada pela disponibilidade dos resultados de projetos com financiamento público.

Numa primeira análise da perceção e conhecimento sobre o acesso aberto, as respostas são inequívocas, indicando que 97% afirma conhecer e compreender o

conceito de acesso aberto – definido para efeitos de questionário como significando “a disponibilização livre na internet de literatura de carácter académico ou científico, permitindo a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos”.

Na análise mais detalhada aos eventuais benefícios ou vantagens do acesso aberto, recolhemos o nível de concordância face a um conjunto de afirmações.

	Concordo plenamente		Concordo		Sem opinião		Discordo		Discordo plenamente		Sem resposta	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
O acesso aberto irá alterar a com unificação científica na minha área de investigação nos próximos anos	438	35%	537	43%	110	9%	121	10%	10	0%	33	3%
O acesso aberto aumenta o número de citações dos meus trabalhos de investigação	495	40%	457	37%	167	13%	91	7%	6	0%	33	3%
O acesso aberto aumenta o acesso e a disseminação das publicações científicas	766	61%	394	31%	32	3%	20	2%	4	0%	33	3%
O acesso aberto à produção científica pode coexistir com o tradicional modelo de publicação científica	424	34%	526	42%	155	12%	94	8%	17	1%	33	3%

Tabela 4 - opinião em relação a vantagens do acesso aberto.

O nível de concordância é muito favorável, sempre superior aos 77 % (referência à soma das respostas concordo e concordo plenamente), sendo de destacar a unanimidade com 92% de opinião concordante perante a afirmação “O acesso aberto aumenta o acesso e a disseminação das publicações científicas”.

No capítulo das questões dedicadas à opinião e conhecimento dos investigadores sobre as políticas e mandatos, a pergunta introdutória procurou inferir a opinião geral face ao princípio da disponibilização em acesso aberto das publicações científicas resultantes de projetos financiados por programas públicos. Nesta questão, 63% revela concordar plenamente, ao qual se podem somar mais 29% que concordam.

Uma das interrogações centrais deste estudo, precisamente neste domínio das políticas, referia-se à possibilidade da FCT instituir uma política ou mandato requerendo o acesso aberto às publicações produzidas pelos projetos e bolsas financiadas. Da auscultação da opinião dos investigadores sobre um eventual política/mandato, 83% mostra-se favorável, sendo que os restantes 17% discordam ou não têm opinião formada sobre este assunto. Aprofundando a problemática, questionámos “como reagiriam perante um mandato de acesso aberto implementado pela FCT”, e neste particular, 77% dos participantes no questionário (a que correspondem 962 investigadores) afirma que “cumpriria integralmente com facilidade” este requisito.

	N	%
Cumpriria integralmente com facilidade	962	77%
Cumpriria integralmente com desagrado	95	8%
Cumpriria parcialmente	174	14%
Não cumpriria de todo	18	1%
Total	1249	

Tabela 5 – Como reagiria perante um mandato de acesso aberto implementado pela FCT

A aceitação com facilidade de eventuais requisitos de políticas de acesso aberto do principal organismo financiador da ciência em Portugal, é acompanhada na opinião geral sobre a política europeia de acesso aberto, apesar do reduzido conhecimento demonstrado relativamente às iniciativas (projeto-piloto Open Access da CE realizado pelo projeto OpenAIRE) que implementam as diretrizes da Comissão Europeia.

	N	%
Concordo plenamente	396	32%
Concordo	416	33%
Sem opinião	414	33%
Discordo	19	2%
Discordo plenamente	4	0,30%
Total	1249	

Tabela 6 – qual a sua opinião sobre a política europeia de acesso aberto?

	N	%
Sim	223	18%
Não	1026	82%
Total	1249	

Tabela 7 – tem conhecimento do Projeto-piloto Open Access da Comissão Europeia (7^oPQ e ERC implementado pelo OpenAIRE)

Depois do enfoque nacional e europeu, os investigadores foram questionados sobre a dimensão institucional das políticas e mandatos, aferindo, entre outros aspetos, o conhecimento que detêm da política e/ou mandato da instituição a que pertencem e o seu compromisso no cumprimento desses requisitos.

Relativamente ao nível de cumprimento, registaram-se respostas em consonância com as perguntas anteriores – aplicadas à FCT e Comissão Europeia – quanto à eventualidade de se definirem políticas nas instituições onde os investigadores exercem a sua atividade. No universo dos que afirmam que na sua instituição não existe uma política obrigatória de acesso aberto à produção científica (1081) são 806 os que indicam que cumpririam integralmente com facilidade se na sua instituição aprovassem uma política obrigatória de acesso aberto. No entanto, a análise das respostas obtidas revela um desconhecimento significativo dos investigadores face à existência de políticas de acesso aberto nas suas instituições. De facto, na totalidade das

instituições que tem definida uma política ou mandato, os investigadores afirmam não saber se tem política ou mesmo que não a tem.

	N	%
Sim	168	13%
Não	683	55%
Não sei	398	32%
Total	1249	

Tabela 8 - Na sua instituição existe uma política obrigatória de acesso aberto à produção científica.

	N
Cumpro integralmente com facilidade	130
Cumpro integralmente com desagrado	10
Cumpro parcialmente	27
Não cumpro de todo	1
Total	168

Tabela 9 - Qual o nível de cumprimento que faz do mandato de acesso aberto da sua instituição.

	N
Cumpriria integralmente com facilidade	806
Cumpriria integralmente com desagrado	88
Cumpriria parcialmente	169
Não cumpriria de todo	18
Total	1081

Tabela 10 - Se a sua instituição aprovasse uma política obrigatória de acesso aberto à produção científica dos seus afiliados como reagiria.

	N	%
Depositar uma cópia do artigo num repositório institucional/temático	359	29%
Publicar em revistas científicas de acesso aberto	198	16%
Combinar a publicação em revistas de acesso aberto e o depósito de artigos num repositório institucional/temático	625	50%
Não sei/ Sem opinião	67	5%
Total	1249	

Tabela 11 - Qual a forma mais fácil de satisfazer os requisitos de uma política obrigatória.

Antes de finalizar esta componente do estudo dedicado à opinião e perceção dos investigadores sobre o acesso aberto, fará ainda sentido a referência a outro grupo de questões que integraram o questionário – barreiras no acesso – indicando antes de mais, que perante a afirmação de que “não existe qualquer problema com o acesso à informação científica em Portugal?” 68% dos investigadores discordar de tal afirmação (14% discorda plenamente + 54% discorda), enquanto que 27% concordaram (4% discorda plenamente + 23% discorda). Neste particular, os investigadores foram ainda questionados sobre a opinião em relação às potenciais barreiras de acesso às publicações científicas, tendo sido os seguintes aspetos os mais referidos:

57% – Elevados preços dos artigos/assinaturas,

44% – Financiamento das bibliotecas reduzido ou

limitado,

35% – Falta de incentivos para encorajar práticas que promovam o acesso à produção científica,

34% – Insuficientes políticas, estratégias e estruturas de acesso às publicações científicas.

Complementarmente e perspetivando outras análises ao questionário levado a cabo pelos SDUM, valerá a pena referir que os investigadores foram igualmente questionados sobre a disponibilização dos dados científicos, ficando mais uma vez vincada a opinião favorável face ao princípio da disponibilização em contexto de projetos com financiamento público.

	N	%
Concordo plenamente	514	41%
Concordo	388	31%
Sem opinião	133	11%
Discordo	156	12%
Discordo plenamente	58	5%
Total	1249	

Tabela 12 - O acesso aberto pode ser relevante não apenas para as publicações mas também para os dados científicos. Qual é a sua opinião sobre o princípio da disponibilização em acesso aberto dos dados científicos resultantes de projetos financiados por programas públicos?

PRÁTICA DE PUBLICAÇÃO E ACESSO ABERTO

Para completar este estudo impunha-se conhecer as práticas de publicação e de acesso aberto dos investigadores em Portugal. Foram deste modo delineadas 5 perguntas: 1ª) Indique o número de publicações que melhor define a sua produção científica anual; 2ª) Já disponibilizou alguma das suas publicações em acesso aberto; 3ª) Indique o número aproximado dos artigos em acesso aberto; 4ª) Na sua opinião, quais são os três principais motivos para proceder ao depósito dos seus artigos científicos em repositórios institucionais ou temáticos; 5ª) Na sua opinião, quais são os três principais motivos para não depositar os seus artigos científicos num repositório institucional ou temático.

Indique o número de publicações que melhor define a sua produção científica anual:

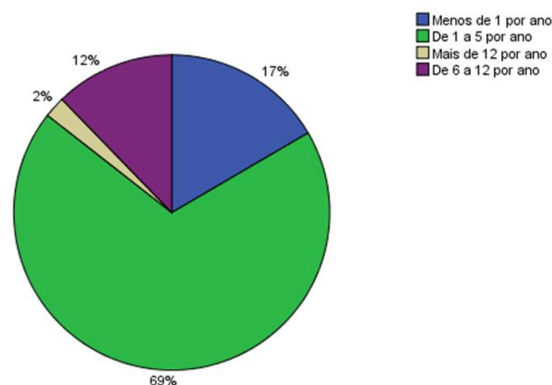


Gráfico 3 – Número de publicações.

A grande maioria dos investigadores participantes deste questionário indicaram o intervalo de 1 a 5 como o mais

representativo da sua produção científica anual relativamente ao número de publicações.

No que concerne à prática do acesso aberto, realizada através de revistas ou repositórios os dados, não sendo absolutamente negativa, não está alinhada com a opinião massivamente favorável ao acesso aberto que verificamos no capítulo anterior.

	N	%
Sim, através do depósito num repositório em acesso aberto	396	32%
Sim, através da publicação numa revista em acesso aberto	299	24%
Sim, através do depósito num repositório e da publicação numa revista em acesso aberto	181	14%
Não	373	30%
Total	1249	

Tabela 13 - Já disponibilizou alguma das suas publicações em acesso aberto

N.º Artigos AA	N	%
0	323	25%
1 - 9	371	30%
10 - 49	145	12%
50 - 100	33	3%
> 100	4	0%
Sem resposta	373	30%
Total	1249	

Tabela 14 - Número aproximado dos artigos em acesso aberto depositados em repositórios institucionais

N.º Artigos AA	N	%
0	687	55%
1 - 9	133	11%
10 - 49	47	4%
50 - 100	6	0%
> 100	3	0%
Sem resposta	373	30%
Total	1249	

Tabela 15 - Número aproximado dos artigos em acesso aberto depositados em repositórios temáticos

Os três principais motivos referidos pelos investigadores para procederem ao depósito dos seus artigos científicos em repositórios institucionais ou temáticos foram: 1º) Aumenta a visibilidade e o impacto (citações) da investigação, 2º) Aumenta a rapidez de disseminação dos resultados da investigação, 3º) É uma forma de preservar a minha produção científica.

Por outro lado, no que concerne aos três principais motivos para não depositar os seus artigos científicos num repositório institucional/temático, os investigadores indicaram: 1º) Não existe um repositório institucional ou temático adequado, 2º) Receio de violar os direitos de autor, 3º) Falta de conhecimento sobre as políticas de depósito dos editores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo, através de inquérito por questionário, que desenvolvemos junto dos investigadores que trabalham em Portugal permitiu-nos recolher informação detalhada e relevante relativamente às opiniões, atitude e práticas relacionadas com o Acesso Aberto. Essa informação contribuirá para orientar a nossa atividade no quadro dos projetos europeus e nacionais em que os Serviços de Documentação da Universidade do Minho participam, e será certamente também útil para outras organizações envolvidas na investigação e comunicação científica em Portugal (re)definirem ou calibrarem a sua atuação no domínio do Acesso Aberto.

Os resultados obtidos podem ser sintetizados em alguns pontos principais que seguidamente apresentamos. Em primeiro lugar, devemos sublinhar que o conjunto das respostas obtidas, pela sua dimensão, representatividade ao nível das variáveis consideradas (carreira profissional, área científica, tipo de instituição, sexo e idade) e elevado número de respondentes que já tinham participado em projetos europeus ou nacionais, constitui uma amostra muito relevante e representativa do universo dos investigadores portugueses (em particular dos que já estiveram envolvidos em projetos). A relevância da representatividade da amostra reforça a confiança nos resultados obtidos na resposta ao conjunto das questões que compunham o questionário.

Em segundo lugar, é indispensável realçar o conhecimento generalizado (97%) sobre o conceito de Acesso Aberto já existente entre os investigadores portugueses, bem como o muito elevado nível de concordância (92%) com o princípio do Acesso Aberto aos resultados de investigação financiada com recursos públicos. Assim, parece claro que, tal como os seus congéneres europeus, os investigadores portugueses revelam uma forte compreensão e acordo com o Acesso Aberto como forma de disseminação dos resultados do seu trabalho. No entanto, e como terceiro ponto a merecer destaque, verifica-se uma diferença ainda significativa entre a opinião e adesão aos princípios do Acesso Aberto (manifestada por mais de 90% dos participantes) e a prática efetiva do Acesso Aberto que foi declarada por apenas 70% dos que responderam.

Em quarto lugar, os resultados evidenciam uma opinião muito favorável (83% de concordância) à eventual definição de uma política mandatária da Fundação para a Ciência e Tecnologia, requerendo o Acesso Aberto às publicações resultantes do seu financiamento. É igualmente significativo o resultado obtido quanto ao cumprimento dessa política mandatária registando-se apenas 1% de respostas indicando o não cumprimento, e 85% de respostas indicando o cumprimento total. Registaram-se respostas semelhantes quanto a eventuais políticas a definir pelas instituições onde os investigadores trabalham (universidades, politécnicos, etc.). A esmagadora maioria revelou concordar com a sua definição e manifestou a intenção de as cumprir se definidas.

O que estas respostas parecem revelar é que a generalidade dos investigadores portugueses concordam e estão disponíveis para cumprir políticas mandatárias de Acesso Aberto que o seu financiador (como a FCT) ou a sua instituição venham a definir.

No entanto, e como último ponto a sublinhar, os resultados do nosso estudo revelaram também um

desconhecimento dos investigadores, que em alguns casos assume proporções preocupantes, face a políticas (institucionais e/ou da União Europeia) de Acesso Aberto já existentes e às quais estariam sujeitos. Também aqui se revela portanto uma diferença significativa entre a opinião e o conhecimento e prática dos investigadores em Portugal.

Em função dos resultados obtidos, registamos duas conclusões gerais que podem ser dirigidas às instituições que financiam e/ou realizam investigação em Portugal:

1. Existe espaço para a definição de políticas mandatórias, ou seja que exijam/requeiram a disponibilização em acesso aberto das publicações dos investigadores portugueses, uma vez que estes evidenciam um elevado grau de concordância e “boa-vontade” relativamente a elas;
2. Para garantir um elevado nível de adesão e sucesso dessas políticas será necessário facilitar o cumprimento das políticas por parte dos investigadores (criando procedimentos e ferramentas amigáveis e que impliquem o menor trabalho possível), prosseguir com atividades regulares de sensibilização, informação e divulgação e implementar mecanismos de monitorização e alerta para o cumprimento, ou falta dele, das políticas definidas.

NOTAS

¹ Budapest Open Access Initiative:

<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess>

² Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative - estabelecendo o Acesso Aberto como padrão:

<http://www.opensocietyfoundations.org/openaccess/boai-10-recommendations>

³ European Commission (2012). *Survey on open access in FP7*.

Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em <http://goo.gl/wPUOJ>

⁴ European Commission (2012). *Online survey on scientific information in the digital age*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: <http://goo.gl/zWiLO>

⁵ Tradução portuguesa da “Revised classification of Fields of Science and Technology (FOS)” no Manual de Frascati, versão de Maio de 2006

⁶ Pordata:

[http://www.pordata.pt/Portugal/Investigadores+\(ETI\)+em+atividades+de+investigacao+e+desenvolvimento+\(I+D\)+total+e+por+area+cien+tifica-1183](http://www.pordata.pt/Portugal/Investigadores+(ETI)+em+atividades+de+investigacao+e+desenvolvimento+(I+D)+total+e+por+area+cien+tifica-1183)

⁷ Pordata:

<http://www.pordata.pt/Portugal/Docentes+do+ensino+superior+total+e+por+sexo-666>